



Neoextrativismo e conflitos territoriais: Os casos da empresa Vale Fertilizantes em Minas Gerais, Brasil, e da UPM no Uruguai

Gabriela Dias Blanco ¹
Jalcione Pereira de Almeida ²
Marta Chiappe ³

RESUMO:

Atualmente, observa-se na América Latina um processo de reprimarização das economias, que se une a um modelo de desenvolvimento neoextrativista, contemplando não somente as atividades consideradas tipicamente como extrativistas, mas também o agronegócio e a produção de biocombustíveis (Merchand Rojas, 2016; Svampa, 2012; Gudynas, 2010). No caso brasileiro, houve nos últimos anos um forte incentivo e crescimento do setor da mineração, especialmente com a empresa Vale S.A. Esta, ademais da extração de minérios para a exportação, realiza a extração direcionada à produção de fertilizantes, para a diminuição da dependência do agronegócio brasileiro em relação à importação de insumos. Sendo o Brasil um dos maiores mercados de agronegócio do mundo, é atualmente o quarto maior consumidor de fertilizantes. Ao mesmo tempo, segundo o Atlas de Justiça Ambiental, que desde 2014 mapeia os conflitos ambientais em todo o mundo, o Brasil está em terceiro lugar em número de conflitos e a empresa Vale S.A é indicada como a quinta companhia mundial mais envolvida em conflitos ambientais. No caso uruguaio, verifica-se a intensificação do agronegócio nos últimos anos, especialmente por meio da expansão da agricultura e da (re)florestação com eucaliptos destinada a abastecer as fábricas de celulose de origem estrangeira instaladas no país, entre as quais se destaca a empresa UPM, de origem finlandesa e uma das principais produtoras globais de celulose. Em torno a estas atividades, vêm se produzindo no país conflitos que já mobilizaram distintos setores da sociedade (como foi o caso do conflito em Fray Bentos, região fronteiriça entre Uruguai e Argentina, entre os anos de 2005 e 2010). Este projeto de pesquisa baseia-se na ideia de que, em torno às atividades extrativistas de grandes empresas, constroem-se, de uma maneira emblemática, discursos e práticas de ocupação do território que, com o apoio do Estado, articulam a exploração de bens naturais com uma concepção de “desenvolvimento econômico”, “sustentabilidade ambiental” e “soberania nacional”, seja pela redução da dependência aos insumos agrícolas de outros países, como é o caso da mineração para produção de fertilizantes no Brasil, seja pela participação no PIB e crescimento industrial do país com plantas de celulose, no caso do Uruguai. O questionamento de pesquisa é: De que maneira os discursos e práticas constituídos ao redor das atividades de extração mineral e de celulose expressam relações

¹ Mestra (Sociologia, UFRGS, Brasil). Doutoranda em Sociologia (UFRGS, Brasil). Email: gabriela.dblanco@gmail.com

² Doutor (Sociologia, Universidade de Paris X, França). Professor titular (UFRGS, Brasil). Email: jal@ufrgs.br

³ Doutora (Filosofia, Universidade de Minnesota, EUA). Professora titular (UdelaR, Uruguai). Email: marbechiappe@gmail.com



Neoextrativismo e conflitos territoriais: Os casos da empresa Vale Fertilizantes em Minas Gerais, Brasil, e da UPM no Uruguai

assimétricas de poder e constroem uma noção de território? Quais são as relações existentes entre a noção de território (constituída pelo setor da mineração, o agronegócio e o Estado) e os conflitos ambientais presentes nas regiões onde estas atividades extrativistas são desenvolvidas? Quais são as tensões, os enfrentamentos e/ou as simbioses entre o território construído e o reivindicado pelas comunidades locais? Como se expressam as relações sociais e de trabalho nestas localidades? O objetivo principal do estudo é analisar os conflitos ambientais produzidos em torno às atividades de extração mineral para fertilizantes, no Brasil, e de produção de celulose, no Uruguai, por meio de discursos e práticas de ocupação dos setores da mineração (Brasil), do agronegócio (Uruguai) e do Estado. Os objetivos específicos são: (1) Investigar os discursos constituídos em torno às atividades de extração mineral para produção de fertilizantes e de florestação para produção de celulose; (2) Investigar as práticas de ocupação do território em uma mina da empresa Vale Fertilizantes localizada no estado de Minas Gerais, Brasil, e de uma nova planta de celulose da empresa UPM em Paso de los Toros, Uruguai; (3) Investigar as tensões, enfrentamentos, acordos e/ou resistências das comunidades locais em relação às atividades de mineração e de produção de celulose desenvolvidas; (4) Examinar as relações de poder que se estabelecem entre os atores das localidades e como afetam a construção dos territórios. A investigação se desenvolverá com procedimentos etnográficos, baseados nas técnicas de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Inicialmente se pretende mapear por meio de documentos e entrevistas os principais atores do setor da mineração para produção de fertilizantes, no Brasil, e do agronegócio na produção de celulose, no Uruguai; quais os discursos acionados por estes atores e quais os espaços e âmbitos decisórios políticos mais importantes para estas atividades econômicas. Num segundo momento, pretende-se realizar entrevistas com os atores previamente mapeados e selecionar novos por meio do tipo de amostragem não probabilística “bola de neve” (Vinuto, 2016), assim como idas à mina de rocha fosfática na cidade de Patrocínio, Minas Gerais e à planta de celulose na região de Paso de los Toros, Uruguai. Tanto a mina no Brasil como a planta no Uruguai são projetos grandes e recentes das empresas Vale S.A e UPM, respectivamente. O referencial teórico que será utilizado é o do campo da ecologia política latino-americana, articulando-o com contribuições da sociologia da conflitualidade. Os principais conceitos acionados são os de desenvolvimento neoextrativista (Merchand Rojas, 2016), território (Machado Araújo, 2015) e conflitos ambientais/territoriais, que são compreendidos, conforme Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), como aqueles que envolvem grupos sociais com modos distintos de apropriação, uso e significação do território, não se restringindo somente a situações nas quais determinados modos/práticas já estejam em andamento, mas podendo tratar-se também de conflitos que surgem na concepção e/ou planejamento de determinada atividade espacial ou territorial.

Palavras-Chave: Ecologia política; neoextrativismo; conflitos ambientais/territoriais.

Atualmente, observa-se na América Latina um processo de reprimarização das economias, que conforme autores como Merchand Rojas (2016), Svampa (2012) e Gudynas (2010), liga-se a um modelo de desenvolvimento neoextrativista, que contempla não apenas atividades consideradas tipicamente como extrativistas (mineração e hidrocarbonetos), mas também o agronegócio ou a produção de biocombustíveis. Como consequências, há um aprofundamento da dinâmica de espoliação de terras, recursos e territórios, gerando novas formas de dependência e acumulação (Svampa, 2012; Harvey, 2004), além do fortalecimento de um modelo de monocultivo, que desestrutura e reordena os territórios, promovendo a perda crescente de soberania alimentar dos povos (Gudynas, 2010).

Segundo Merchand Rojas (2016), embora o atual modelo de desenvolvimento tenha como base a mesma lógica de exploração e saqueio de bens naturais do tradicional modelo extrativista, ele apresenta algumas características próprias em decorrência do novo contexto político-econômico internacional. Uma destas características seria a de que o Estado passa a jogar um papel muito mais ativo que no extrativismo clássico, seja por uma participação direta através de empresas estatais, seja por meios indiretos como assistências financeiras, subsídios, apoios em infraestrutura, etc. Além disto, haveria uma associação, no caso de governos da região identificados como progressistas, entre as arrecadações advindas das atividades extrativistas realizadas por transnacionais e programas sociais e de combate à pobreza.

O extrativismo com seus desdobramentos atuais integra, de acordo com Machado Aráoz (2015), um modelo de dominação do território, no qual este é concebido como um objeto de conquista, um espaço de acumulação, separado de seus “habitantes”, que devem ser colocados à disposição do investimento de capitais. De acordo ainda com Machado Aráoz (2015), território é um conceito que faz referência a uma modalidade especificamente prática de apreensão do espaço geográfico por parte das sociedades humanas. Esta apreensão prática é concebida por ele no seu sentido holístico, ou seja, como algo que implica “uma apropriação semiótica-discursiva-representacional e também, simultânea e inseparavelmente, uma apropriação eminentemente econômica e política” (Machado Aráoz, 2015, p.176, tradução livre). Sendo assim, há que se considerar o território como parte de um processo constante de disputas e conflitos, expressando relações socioeconômicas desiguais, que se constituem historicamente junto a uma geografia moderna de exploração e espoliação colonial da natureza.

Gabriela Blanco; Jalcione de Almeida; Marta Chiappe

Partindo-se desta perspectiva referente à geografia moderna, compreende-se que os processos de produção das desigualdades, associados às dinâmicas de acumulação por espoliação (que mercantilizam bens não mercantis), favorecem a eclosão de conflitos territoriais e ambientais, “uma vez que inviabilizam a existência de diversos grupos cuja reprodução social depende das suas relações com o território, com a diversidade biológica e geofisiográfica” (Acsehrad et al., 2012, p.169). Assim, de acordo com Acsehrad (2004), os conflitos ambientais têm por arena “unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo ‘acordo simbólico’ é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes” (Acsehrad, 2004, p.26).

Neste sentido, compreende-se que embora haja entre os países latino-americanos uma multiplicidade de atividades extrativistas, quando estas se referem a setores da economia que se caracterizam pela presença de grandes empresas transnacionais e por expressivo incentivo governamental, há fortes semelhanças entre os discursos e práticas de ocupação acionados e a emergência de conflitos territoriais nas localidades onde estas atividades são desenvolvidas. Para analisar estas semelhanças/proximidades, assim como possíveis particularidades, selecionam-se neste estudo duas atividades extrativistas que cumprem papéis centrais, atualmente, nas economias de dois países sul-americanos, quais sejam, a extração mineral para a produção de fertilizantes, no caso do Brasil, e a atividade de extração de celulosa, no caso do Uruguai.

No caso brasileiro, as articulações existentes entre o setor da mineração e do agronegócio se evidenciam na atividade de extração mineral voltada à produção de fertilizantes. Sendo o Brasil um dos maiores mercados de agronegócio do mundo, ele é, igualmente, o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, atrás somente da China, Índia e Estados Unidos. Contudo, do total que consome para a agricultura, o país importa cerca de 75% de seus insumos. Um dos caminhos para diminuir esta dependência é a intensificação das atividades de extração de minérios para fertilizantes e é, neste ponto, que empresas como a Vale, começam a atuar. Conforme o último Relatório Anual da Vale S.A (2016), a empresa é a maior produtora de nutrientes agrícolas à base de fosfatado e nitrogênio do Brasil, operando cinco minas a céu aberto, localizadas nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Ao mesmo tempo, de acordo com o Atlas de Justiça Ambiental, que mapeia desde 2014 conflitos ambientais em todo o mundo, o Brasil aparece em terceiro lugar em número de conflitos e a Vale S.A é apontada como a quinta companhia mundial mais envolvida em conflitos ambientais. Além disto, ao se observar o Mapa de Conflitos Ambientais de Minas Gerais – estado no qual a Vale S.A concentra seu maior número de atividades – é possível constatar que, tratando-se das regiões onde se

Gabriela Blanco; Jalcione de Almeida; Marta Chiappe

encontram as minas de extração para a produção de fertilizantes, há inúmeros conflitos referentes à contaminação das águas, poluição decorrentes de atividades agroindustriais e reivindicações de movimentos indígenas para a preservação de sua cultura frente à destruição levada a cabo pelas atividades de mineração.

Tratando-se do caso uruguaio, pode-se dizer que a indústria florestal adquiriu, nas últimas décadas, uma posição de destaque na economia do país, como parte de um projeto político de incentivo ao estabelecimento de empresas, majoritariamente finlandesas, destinadas à exportação da pasta de celulose e agregados. A empresa UPM é a que concentra a maior parte destas atividades, operando no país há mais de 25 anos. Em 2007 inaugurou uma planta de celulose na região de Fray Bentos, fronteira com a Argentina e agora está iniciando a construção de sua segunda planta, no centro do país. Conforme dados divulgados pela empresa, só em 2015 as suas atividades representaram 1,4% do PIB uruguaio, demonstrando o forte incremento deste setor no país e apresentando-se como central para a economia, ao lado das exportações de carne e soja.

Contudo, de modo semelhante ao caso da empresa Vale Fertilizantes, há em torno às atividades da empresa UPM a emergência de fortes conflitos territoriais. A planta de celulose instalada na região fronteira com a Argentina desatou um conflito de mais de três anos entre ambos países, envolvendo comunidades locais, movimentos sociais e ambientalistas, assim como os respectivos governos. Conforme o Atlas Ambiental, citado anteriormente, a empresa UPM é uma das maiores latifundiárias do Uruguai, com um total de aproximadamente 250 mil hectares de terra destinados à florestação com eucaliptos. Em decorrência deste monocultivo, há conflitos referentes à expulsão de produtores locais e nacionais, o desequilíbrio de ecossistemas e, no caso da região da planta de celulose, a poluição e contaminação dos solos e das águas.

Neste estudo, parte-se da ideia de que em torno às atividades extrativistas de grandes empresas constroem-se discursos e práticas de ocupação do território que, apoiadas pelo Estado, articulam a exploração de bens naturais com concepções de “desenvolvimento econômico”, “sustentabilidade ambiental” e “soberania nacional”. Conforme destaca Merlinsky (2015, p.6, tradução livre), “os discursos não existem de modo isolado às crenças, relações sociais, estruturas institucionais, práticas materiais e relações de poder”. Sendo assim, cabe questionar-se: De que maneira os discursos e práticas constituídos em torno às atividades de extração mineral e de celulose expressam relações assimétricas de poder e constroem uma noção de território? Quais as relações existentes entre a noção de território (constituída pelos setores da mineração, agronegócio e Estado) e os conflitos ambientais presentes nas regiões em que estas atividades extrativistas são desenvolvidas? Quais as tensões, enfrentamentos e/ou

Gabriela Blanco; Jalcione de Almeida; Marta Chiappe

simbioses existentes entre o território construído pelas empresas e o Estado e o reivindicado pelas comunidades locais? Como se expressam as relações sociais e de trabalho na mina e na planta de celulose?

O objetivo geral do trabalho é analisar os conflitos ambientais produzidos em torno às atividades de extração mineral para fertilizantes, no Brasil, e de produção de celulose, no Uruguai, por meio dos discursos e práticas de ocupação dos setores da mineração (Brasil), do agronegócio (Uruguai) e do Estado. Já os seus objetivos específicos são: (a) Investigar os discursos constituídos em torno às atividades de extração mineral para a produção de fertilizantes e de florestação para produção de celulose; (b) Investigar as práticas de ocupação de território em uma mina da empresa Vale Fertilizantes localizada no estado de Minas Gerais, Brasil, e de uma nova planta de celulose da empresa UPM, localizada em Paso de los Toros, Uruguai; (c) Investigar as tensões, enfrentamentos, acordos e/ou resistências das comunidades locais em relação às atividades de mineração e de produção de celulose desenvolvidas e; (d) Examinar as relações de poder que se estabelecem entre os atores das localidades e como afetam a construção de territórios.

ECOLOGIA POLÍTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS SOBRE EXTRATIVISMO, TERRITÓRIO E CONFLITOS AMBIENTAIS

No presente estudo, serão utilizados os aportes teóricos do campo da ecologia política latino-americana, interligando-os às contribuições da sociologia da conflitualidade. Conforme Machado Araújo (2015, p.4, tradução livre), “a ecologia política parte do reconhecimento da profunda implicação reciprocamente condicionada e condicionante existente entre o humano e a natureza, enquanto duas dimensões genericamente diferenciadas, mas igualmente constitutivas do mesmo processo histórico-material da Vida no seu devir”.

Tendo como premissa a impossibilidade de se conceber humano e natureza como duas dimensões separadas ou opostas, a ecologia política se opõe a uma concepção de “meio ambiente” como algo objetivo e externo às relações sociais que, por conseguinte, seria passível de um tratamento técnico e universal. E, pela premissa de superação desta dicotomia, engendra-se como um campo de estudos fruto de um diálogo intenso entre disciplinas como a biologia, antropologia, geografia, história e sociologia, criando, conforme Little (2006), um espaço transdisciplinar próprio dentro das ciências naturais e sociais.

Gabriela Blanco; Jalcione de Almeida; Marta Chiappe

Nos estudos de ecologia política desenvolvidos na América Latina, ganha centralidade o legado de exploração colonial da natureza, que constitui um fator radical e fundacional da história política, econômica e cultural da região (Alimonda, 2011). Deste modo, analisar humano/natureza com suas intrínsecas relações implica, no caso destes países, considerar invariavelmente a persistente colonialidade que afeta a natureza e que pode ser analisada, nos dias de hoje, através da permanência e intensificação da exploração dos bens naturais para suprir as necessidades de grandes potências internacionais e elites agroindustriais da região.

No caso deste “modelo de desenvolvimento extrativista” tão característico da condição de colonialidade existente nos países latino-americanos, Merchand Rojas (2016) destaca que o mesmo foi interrompido por alguns países, como Argentina, Brasil, México, Colômbia, Peru, Chile e Uruguai, a partir da crise mundial de 1929 para, no lugar, introduzir-se uma industrialização dirigida pelo Estado ou por meio da chamada substituição de importação. Contudo, como um processo interligado às políticas neoliberais, muitos destes países retomaram de modo intensivo, nas últimas décadas, práticas extrativistas direcionadas à exportação de commodities, que tiveram um boom em seus preços com o crescimento das economias dos países centrais e das potências emergentes, especialmente, da China.

Ao se observar as práticas extrativistas e as regiões e países onde grandes empresas estabelecem sua atuação e seu campo de influência, autores do campo da ecologia política refletem acerca da noção de território que funda o modelo de desenvolvimento vigente na América Latina e para o qual os setores da mineração e agronegócio cumprem um papel central. Conforme Horacio Machado Aráoz (2015, p.176, tradução livre), território se refere a “um espaço geográfico simbolicamente estruturado e politicamente construído por um determinado coletivo humano”. O território, afirma o autor, alude a uma “comunidade política que o constitui e se constitui como tal no simultâneo processo de delimitação, isto é, de demarcação tanto do espaço geográfico como hábitat sobre o qual se exerce seu domínio, como da própria extensão do ‘nós’ como identidade coberta e compreendida nesta comunidade” (Machado Aráoz, 2015, p.176, tradução livre).

Neste sentido, território e poder são conceitos reciprocamente constituídos. Para Machado Aráoz (2015), a partir dos “descobrimientos imperiais” levados a cabo na modernidade, há a construção do território enquanto um objeto colonial estratégico, sendo que sua matriz representacional se fundamenta na articulação de três pilares epistêmico-políticos: a noção de território como espaço de domínio (a partir do qual se organizaram tanto práticas privadas como públicas da vida social); uma economia moral da expropriação (que se pode rastrear, historicamente, pela presença de toda uma linha

Gabriela Blanco; Jalcione de Almeida; Marta Chiappe

de pensamento da filosofia e ciências modernas desde o século XVI) e uma teoria racial de hierarquização dos povos (que envolve as culturas expropriadas, os “outros” retirados de seus locais).

A partir das relações anteriormente estabelecidas entre os conceitos de território e poder, elucida-se a dimensão conflitiva dos locais onde se desenvolvem práticas extrativistas como as da mineração e do agronegócio. Conforme Zhourri, Laschefski e Pereira (2005), conflitos ambientais são aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, não se restringindo apenas a situações em que determinados modos/práticas já estejam em curso, mas sim, podendo emergir na concepção e/ou planejamento de determinada atividade espacial ou territorial. Contudo, cabe destacar que os conflitos ambientais:

(...) não se restringem ao confronto de interesses entre duas ou mais partes litigantes e, tampouco, se reduzem à irrupção de uma controvérsia entre polos cujas posições sociais equivalentes redundam em iguais condições de negociação. Ao contrário, constituem cenários em que os agentes envolvidos ocupam posições assimétricas, em que uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico lhes define o poder de ação e enunciação. (Zhourri et al., 2016, p.37)

Desta forma, os autores problematizam a categoria de conflito, na perspectiva de uma luta pela legitimidade com outras formas de visão e divisão do ambiente e do espaço social. Partem das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu (2013), para quem o espaço social é o “espaço abstrato constituído pelo conjunto dos subespaços ou dos campos (campo econômico, campo intelectual, etc) (...) que pode ser apreendido sob a forma da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que funcionam, simultaneamente, como instrumentos e objetos de lutas no conjunto dos campos” (Bourdieu, 2013, p.136). Portanto, a análise aqui proposta de duas grandes práticas extrativistas atuais (a da mineração para produção de fertilizantes e a da extração vegetal para produção de celulose) leva em conta as relações de poder (e suas bases econômico-políticas) existentes entre os diferentes atores que se articulam em seu entorno, assim como o caráter desigual dos efeitos e consequências ambientais destas práticas nos locais onde elas são realizadas.

Com respeito aos conceitos de “conflitos ambientais” e “conflitos territoriais” (ambos utilizados neste estudo), cabe destacar ainda que, seguindo as definições de Zhourri e Laschefski (2010), concebe-se os conflitos territoriais como um tipo específico de conflitos ambientais, nos quais se expressam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre um mesmo recorte espacial. Na atualidade, o território físico apropriado pelos sujeitos “modernos” tornou-se, segundo os autores, uma abstração fora da experiência vivida do cotidiano, de modo que “a organização e o planejamento

territorial são transferidos às instâncias ditas públicas, que controlam, numa relação dialética com o setor empresarial, os fluxos e fixos nos territórios de sua responsabilidade” (Zhouiri & Laschefski, 2010, p.7-8).

Portanto, a partir do exposto acima, pode-se dizer que no campo de estudos da ecologia política e suas atuais intersecções com a sociologia da conflitualidade, os conflitos e consequências das práticas dos setores da mineração e do agronegócio já vêm há algum tempo sendo analisados. Contudo, a conjunção de interesses de ambos os setores, como a existente no caso das atividades de extração mineral para produção de fertilizantes, carece ainda de investigações e, em especial, de investigações que procurem dar conta das especificidades e nuances da conjunção destes interesses nos territórios de países latino-americanos com processos histórico e político-culturais distintos (ainda que unidos, na atualidade, por um modelo mais amplo de neoextrativismo).

Acredita-se que a associação entre setores extrativistas se estabelece não apenas em um plano discursivo mais amplo, ou somente no campo da macroeconomia - através, por exemplo, da defesa de determinadas políticas de incentivo a estas atividades - mas de modo mais profundo e emblemático, nos territórios onde as minas e fábricas de celulose se situam, ao mesmo tempo em que as comunidades locais passam enfrentar transformações e consequências sobre seu modo específico de construção dos territórios, em função das práticas destes setores. Sendo assim, o presente projeto de pesquisa justifica-se pela atualidade e complexidade de seu objeto de estudo, assim como pela sua intenção de avançar nos estudos sociológicos e interdisciplinares sobre sociedade e ambiente, focando nas particularidades presentes na associação entre as práticas dos setores da mineração e do agronegócio, no que se refere à produção de conflitos territoriais dentro de um modelo de desenvolvimento neoextrativista.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, toma-se como ponto de partida as atividades de extração mineral para produção de fertilizantes da empresa Vale S.A, no Brasil, e as atividades de extração de celulose da empresa UPM, no Uruguai. O objeto de estudo são os conflitos territoriais engendrados em torno a estas atividades. A pesquisa será qualitativa, com o uso de procedimentos etnográficos. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa preocupa-se

(...) com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que

Gabriela Blanco; Jalcione de Almeida; Marta Chiappe

corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Gerhardt & Silveira, 2009, p.32).

Com respeito aos procedimentos etnográficos, toma-se como referência a denominada “etnografia dos conflitos socioambientais” que, conforme Little (2006), difere da etnografia tradicional por ter como foco de análise, não o modo de vida de um grupo social específico, mas sim os conflitos ambientais em si e as múltiplas interações sociais e naturais que os fundamentam. Além disto, este tipo de etnografia que não se limita a um único grupo (multiator), também tende a incorporar vários níveis de articulação social e não apenas o âmbito local dos grupos sociais em questão. As técnicas que serão utilizadas são as de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta.

Inicialmente, pretende-se mapear por meio de documentos como notícias, artigos científicos, textos publicitários relatórios, entre outros, quem são os principais atores do setor da mineração para produção de fertilizantes no Brasil e do agronegócio na extração e produção de celulose no Uruguai; quais são os discursos acionados por estes atores e quais são os espaços e âmbitos decisórios políticos mais importantes para estas atividades econômicas. Da mesma forma, pretende-se, nesse primeiro momento, mapear atores-chave envolvidos e/ou que detêm informações relevantes a respeito da execução das atividades extrativistas nos locais onde será realizado o trabalho de campo. Em um segundo momento, pretende-se realizar entrevistas em profundidade com os atores-chave previamente mapeados, assim como observações na mais recente mina de rocha fosfática da empresa Vale Fertilizantes, no município de Patrocínio, Minas Gerais, e da planta de celulose da empresa UPM, na região de Paso de los Toros, Uruguai.

Com respeito às entrevistas, pode-se dizer que estas se referem à uma forma de interação social e, de modo mais específico, a “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (Gil, 2008, p. 109). As entrevistas de tipo semiestruturadas, que serão nesta pesquisa utilizadas, são aquelas realizadas com base em um roteiro previamente estabelecido, mas que deixam espaço e incentivam o entrevistado a falar de modo mais livre sobre assuntos que possam surgir como desdobramentos das questões principais. Para a escolha dos atores a serem entrevistados ao longo da pesquisa, será utilizada a forma de amostragem não probabilística denominada *bola de neve*. A construção deste tipo de amostra se dá da seguinte forma, segundo Vinuto (2016):

Para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e

Gabriela Blanco; Jalcione de Almeida; Marta Chiappe

a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente (...) Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. (Vinuto, 2016, p.203)

Por fim, com respeito às observações em campo, acredita-se que elas sejam fundamentais para dar conta de demais dados qualitativos que não são possíveis de serem “apreendidos” em entrevistas. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009),

A observação é uma técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. A técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo. (Gerhardt & Silveira, 2009, p.74).

Sendo assim, nesta pesquisa, a observação direta nos locais onde se situa a mina da Vale Fertilizantes e a planta de celulose da UPM permitirá apreender a dimensão material e conflitiva dos discursos e práticas de ocupação e a noção de território construída pelos setores da mineração e agronegócio, em interação com o Estado, tanto no Brasil como no Uruguai. Ademais, a observação fornecerá também subsídios, junto às entrevistas, para a análise acerca dos modos de interação e formas de percepção das comunidades locais, diretamente afetadas e/ou envolvidas nas atividades extrativistas, a respeito dos espaços e seus modos particulares de constituição do território. A escolha pela mina de Patrocínio, em Minas Gerais, Brasil e pela planta de celulose, em Paso de los Toros, Uruguai, dá-se pelo fato de serem os dois grandes projetos, em atual desenvolvimento, da empresa Vale Fertilizantes e da UPM nestes países. Assim será possível, nos dois casos, observar e analisar desde o início das atividades a construção do território, com os seus discursos e práticas de ocupação e os conflitos e/ou acordos constituídos junto às comunidades locais.

Por fim, cabe destacar que, para fins didáticos, indicaram-se aqui as técnicas de pesquisa como “etapas” distintas a serem desenvolvidas, porém cabe ressaltar que, na prática, estas se mesclam, havendo observações e entrevistas de modo concomitante, assim como eventuais aprofundamentos da pesquisa documental inicialmente realizada. Por último, para a análise dos dados obtidos, serão utilizadas as técnicas de análise de discurso (para as entrevistas e documentos) e escritas de diários de campo (para as observações).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado que o estudo se refere a um projeto de doutorado que se encontra em sua etapa inicial, não é possível ainda apontar resultados, ainda que parciais. Contudo, tecem-se aqui algumas considerações à luz dos referenciais teóricos adotados. Conforme indicado ao longo do texto, acredita-se que, a partir da constatação da existência na atualidade de um processo de reprimarização das economias e de desenvolvimento neoextrativista partilhado por boa parte dos países latino-americanos, faz-se necessário questionarmos como esta tendência mais geral relaciona-se com a construção dos territórios, localmente, e de que modo é possível aproximar e/ou diferenciar as consequências e desdobramentos de práticas extrativistas levadas a cabo por grandes empresas transnacionais em regiões e países distintos, como é o caso do Brasil e Uruguai. Podemos considerar os conflitos territoriais neles emergentes como iguais ou faz-se necessário um refinamento teórico que dê conta de particulares e especificidades?

Partindo da premissa da existência de relações de poder e situações desiguais entre os atores envolvidos e atingidos pelas práticas extrativistas, considera-se que o modo como os grupos sociais menos favorecidos percebem/atuaem/reagem diante das transformações em seus territórios é dinâmico, complexo e pode se apresentar de distintas maneiras (aqui cabe lembrar, por exemplo, das muitas “formas de resistência cotidiana” para além de um embate público, como bem destaca James Scott (2011). Diante de grandes projetos que trazem no seu bojo uma noção de território enquanto um objeto colonial estratégico (Machado Araújo, 2015), cabe desenvolver análises que procurem dar conta de como esta noção de território, e seus discursos e práticas, conecta-se/transforma-se/impõe-se aos territórios previamente constituídos pelas comunidades locais ou, ainda, como desta relação conflitiva emergem novas percepções e práticas acerca do território constituído.

AGRADECIMENTOS

O estudo tem o intuito de dar continuidade à rede de cooperação previamente estabelecida entre os grupos de pesquisa em sociologia rural da Universidade da República (UdelaR) do Uruguai e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, fortalecendo as linhas de pesquisa e aprofundando os esforços em trabalhos que procurem dar conta da realidade de ambos os países, no

Gabriela Blanco; Jalcione de Almeida; Marta Chiappe

que diz respeito às temáticas socioambientais e, mais especificamente, aos conflitos e consequências das práticas extrativistas, intensamente incentivadas pelos governos e empresas transnacionais atuantes nos dois países. Neste sentido, a possibilidade de apresentação, discussão e troca de conhecimentos na terceira Escola de Pós-Graduação da SOLCHA apresenta-se como uma oportunidade única para a qualificação e aprofundamento teórico-metodológico desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____ (org). *Conflitos Ambientais no Brasil*, p. 13-36, 2004.

ACSELRAD, Henri et.al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental. In: *e-cadernos CES*, n. 17, p.164-183, 2012.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: _____ (org). *La naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina*. Clacso, Buenos Aires, p.21-58, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. In: *Estudos avançados*, vol.27, nº79, p.133-144, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. 120pp.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. 200pp.

GUDYNAS, Eduardo. Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur. In: *Territorios*, v. 5, n. 1, p. 37-54, 2010.

HARVEY, David. *A acumulação via espoliação*. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. El territorio moderno y la geografía (colonial) del capital. Una arqueología mínima. In: *Memoria y Sociedad*, v. 19, n. 39, p. 174-191, 2015.

MERCHAND ROJAS, Marco Antonio. Neoextractivismo y conflictos ambientales en América Latina. In: *Espiral* (Guadalajara), v. 23, n. 66, p. 155-192, 2016.

MERLINSKY, Gabriela. Los conflictos ambientales y el debate público sobre el desarrollo en Argentina. In: *Revista Ciencia e Investigación*. Asociación Argentina para el Progreso de las Ciencias. Tomo 65, nº3, p.5-20, 2015.

LITTLE, Paul Elliot. Ecología política como etnografía: um guia teórico e metodológico. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, vol.12, nº25, p.85-103, jan./jun. 2006.

Gabriela Blanco; Jalcione de Almeida; Marta Chiappe

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. In: *Revista brasileira de ciência política*, n. 5, p. 217-243, 2011.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Revista Osal*, v. 32, 2012.

VALE S.A. *Relatório Anual, de acordo com a seção 13 ou 15 da Lei de Mercado de capitais de 1934*. República Federativa do Brasil. 2016.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. In: *Temáticas*, n. 44, 203-220, 2016.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 287p.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. In: _____; _____. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG. ANEXOS, 2010.

Neoextractivism and territorial conflicts: The cases of the company Vale Fertilizantes in Minas Gerais, Brazil and UPM in Uruguay

ABSTRACT:

Currently, it can be observed a process of reprimarization of the economies in Latin America, that is linked with a neo-extractivist development model, contemplating not only the activities considered as extractive, but also agribusiness or the biofuels production (Merchand Rojas, 2016; Svampa, 2012; Gudynas, 2010). In the Brazilian case, in the last years there was a strong incentive and growth in the mining sector, especially with Vale S.A. This, in addition to the extraction of minerals for export, performs the extraction directed to the production of fertilizers, to reduce the dependence of the Brazilian agribusiness in relation to the importation of inputs. Brazil being one of the largest agribusiness markets in the world, is currently the fourth largest consumer of fertilizers. At the same time, according to the Atlas of Environmental Justice, which since 2014 has mapped out environmental conflicts worldwide, Brazil ranks third in number of conflicts and Vale SA is indicated as the fifth largest company in the world involved in environmental conflicts. In the Uruguayan case, it was verified the intensification of agribusiness in recent years, especially through the expansion of agriculture and forestry with eucalyptus destined to supply the pulp mills of foreign origin installed in the country, among which the UPM company, of Finnish origin and one of the leading global producers of pulp, stands out. Around these activities, conflicts have already occurred in the country that have already mobilized different sectors of society (such as the conflict in Fray Bentos, border region between Uruguay and Argentina, between 2005 and 2010). This research project is based on the idea that, around the extractive activities of large companies, discourses and practices of land occupation are

Gabriela Blanco; Jalcione de Almeida; Marta Chiappe

constructed in an emblematic way. These discourses and practices, with the support of the State, articulate the exploitation of goods with a conception of “economic development”, “environmental sustainability” and “national sovereignty”, either by reducing dependence on agricultural inputs from other countries, as is the case of mining for fertilizer production in Brazil, or by participation in the country's GDP and the country's industrial, in the Uruguay's case. The research questions are: In what way do the discourses and practices constituted around the activities of mineral and cellulose extraction express asymmetric relations of power and construct a notion of territory? What are the relationships between the notion of territory (made up of the mining sector, agribusiness and the state) and the environmental conflicts present in the regions where these extractive activities are carried out? What are the tensions, confrontations and / or symbioses between the territory built and claimed by the local communities? How are social and work relations expressed in these localities? The main objective of the study is to analyze the environmental conflicts produced by mineral extraction activities for fertilizers in Brazil and pulp production in Uruguay, through discourses and practices of occupation of the mining sectors (Brazil), Agribusiness (Uruguay) and the State. The specific objectives are: (1) To investigate the discourses made around the activities of mineral extraction for fertilizer production and afforestation for cellulose production; (2) To investigate the land occupation practices at a Vale Fertilizantes company mine located in the state of Minas Gerais, Brazil, and a new UPM pulp mill in Paso de los Toros, Uruguay; (3) To investigate the tensions, confrontations, agreements and / or resistance of local communities in relation to the activities of mining and pulp production; (4) To examine the relations of power that are established between the actors of the localities and how they affect the construction of the territories. The research will be conducted with ethnographic procedures, based on the techniques of documentary research, semi structured interviews and direct observation. Initially, it is intended to map through documents and interviews the main actors of the mining sector for the production of fertilizers in Brazil and of agribusiness in the production of pulp in Uruguay; which discourses are being played by these actors and which are the most important political decision-making spaces for these economic activities. Secondly, it is aimed to carry out interviews with previously mapped actors and to select new ones through non-probabilistic "snowball" type sampling (Vinuto, 2016), as well as trips to the phosphate rock mine in the city of Patrocínio, Minas Gerais and the pulp mill in the region of Paso de los Toros, Uruguay. Both the mine in Brazil and the plant in Uruguay are large and recent projects of Vale SA and UPM, respectively. The theoretical framework that will be used is the field of Latin American political ecology, with contributions from the discussions on environmental justice. The main concepts are those of neo-extractive development (Merchand Rojas, 2016), territory (Machado Araújo, 2015) and environmental/territorial conflicts, which are those involving social groups with distinct modes of appropriation, use and signification of the territory (Acselrad, 2004; Zhouri, Laschefski and Pereira, 2005), not restricted to situations in which certain modes / practices are already in progress, but may also be conflicts that arise in the conception and / or planning of determined spatial or territorial activity.

Keywords: Political ecology; neoextrativism; environmental/territorial conflicts